



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
Urbanismo

EDITAL Nº 83/2018

Mandato 2017/2021

IMPOSSIBILIDADE DE NOTIFICAÇÃO SOBRE INSEGURANÇA DE MURO

Dúlio Gil Alves Freitas, Vereador da Câmara Municipal de Santa Cruz, torna público que em cumprimento do disposto no artigo 112.º, alínea b) do n.º 3 do Decreto Lei n.º 4/15 (Código do Procedimento Administrativo) de 7 de Janeiro, que a RECLAMAÇÃO efetuada pela Múncipe Senhora Maria José de Castro Freitas França, contra alegado risco de desmoronamento de muro à partilha do prédio situado à Rua da Ventrecha, entrada 11, casa 7, Freguesia e Concelho de Santa Cruz, pertencente ao Senhor João Fábio Gouveia de Aguiar, residente à Travessa do Piquinho n.º 21, Freguesia e Concelho de Machico e com fundamento nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, determina que se proceda a audiência dos interessados no prazo de 15 dias a se pronunciar por escrito atendendo à gravidade da situação. -----

O presente edital vem na impossibilidade dos serviços camarários notificarem o Senhor em causa, quer por via postal, quer por notificação pessoal através da PSP de Santa Cruz. -----
Para constar se publica o presente Edital, que vai ser afixado no local, na sede do Município, na Junta de Freguesia e na página da Internet do Município. -----

Paços do Concelho de Santa Cruz, aos 10 de maio, de 2018.

O Vereador, ⁽¹⁾

Dúlio Gil Alves Freitas

⁽¹⁾ Vereador, no uso da nomeação que lhe advém do Despacho Nº 221/2017 (Nomeação de Vereadores em Regime de Tempo Inteiro), de 23 de outubro de 2017, publicitado pelo Edital nº 188/2017, com os seguintes Pelouros: Urbanismo e Ordenamento do Território; Regeneração Urbana; Obras Públicas Municipais; Rede Viária e Trânsito; Transportes Públicos e Infraestruturas; Toponímia; Informação, Geografia e Cadastro; Fiscalização Municipal; Mercados e Feiras, no uso da competência que lhe advém do Despacho nº 224/2017 (Delegação e Subdelegação de Competências), de 27 de outubro de 2017, publicitado pelo Edital nº 192/2017, cuja publicação teve lugar no Diário da República, 2.ª série – N.º 217 – 10 de novembro de 2017 e no Jornal da Madeira de 12 de novembro, páginas 14 e 15.